



PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE PERUS, PATOS E MARRECOS EM SANTA CATARINA.

Alexandre Luís Giehl - Epagri/CEPA – alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Jurandi Teodoro Gugel - Epagri/CEPA – jurandigugel@epagri.sc.gov.br

Marcia Mondardo - Epagri/CEPA – mmondardo@epagri.sc.gov.br

RESUMO

Santa Catarina destaca-se nacionalmente na produção de proteínas de origem animal, dentre as quais as carnes de perus, patos e marrecos. Além de sua importância econômica e social, essas atividades destacam-se também pelo aspecto cultural envolvido. O surgimento e estruturação da produção animal normalmente é associado à predominância da agricultura familiar e ao perfil da colonização do estado. Entretanto, nas últimas décadas análises empíricas apontam a existência de um processo de verticalização da produção, que leva à exclusão dos produtores com menores escalas de produção. O presente artigo busca identificar a participação da agricultura familiar na produção de perus, patos e marrecos. Para isso, dentre os produtores que destinaram animais para abate em estabelecimentos com inspeção sanitária no período de 2014 a 2017, identificou-se aqueles que possuíam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os dados demonstram que, na média dos quatro anos, 78,36% dos produtores de perus e 58,40% dos produtores de patos e marrecos enquadram-se na categoria de agricultor familiar. Além disso, os agricultores familiares foram responsáveis por, em média, 59,31% dos perus e 54,22% dos patos e marrecos produzidos no período analisado. A quantidade média de animais por avicultor por ano aumentou, o que pode indicar a possibilidade de concentração da produção. Conclui-se que a participação da agricultura familiar na produção catarinense de perus, patos e marrecos é bastante expressiva, tanto no número de produtores quanto na quantidade de animais abatidos.

Palavras-chave: agricultura familiar; carnes; peru; pato; marreco.

1. Introdução

Santa Catarina destaca-se no setor agropecuário, ocupando a 8ª posição no ranking de geração de Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira (MAPA, 2018). Esse destaque deve-se essencialmente ao elevado valor agregado de algumas das atividades desenvolvidas no meio rural catarinense, como é o caso da produção animal, que contribuiu com 60% do VBP total da agropecuária do estado em 2017 (EPAGRI/CEPA, 2017a, p.11). Embora o estado seja mais conhecido pela produção de frangos e suínos, outras espécies também se destacam, como é o caso dos bovinos, perus, patos e marrecos.

O desenvolvimento da produção de carnes em Santa Catarina, especialmente a suinocultura e a avicultura na mesorregião Oeste Catarinense, está fortemente associado ao processo de ocupação do território, marcado pela predominância da agricultura familiar. Desde os primórdios da colonização, a produção animal se apresentou como alternativa de

agregação de renda e utilização dos grãos produzidos na região. (BAVARESCO; 2005, p.125).

Com o aumento no número de animais produzidos, surgiram iniciativas de industrialização da produção e, na década de 1940, foram fundados os três primeiros frigoríficos de suínos, todos no vale do Rio do Peixe. (TALAMINI; KINPARA, 1994, p.12).

A ampliação e consolidação dos complexos agroindustriais, principalmente ao longo das décadas de 1960 a 1980, reforçou o papel da agricultura familiar no processo produtivo, visto que esse era o perfil preferencial dos produtores que as agroindústrias buscavam incluir no sistema de integração que estava se estruturando. Reforçando a importância do trabalho familiar para esse sistema, Sorj, Pompermayer e Coradini (2008, p.55) afirmam ser significativo que praticamente a totalidade da produção industrial de aves e suínos do sul do país se localize nas regiões caracterizadas pela presença de pequenas propriedades rurais.

A produção de perus em grande escala e com caráter preponderantemente comercial iniciou-se na década de 1960, em Santa Catarina, juntamente com os primeiros passos para o desenvolvimento dos demais ramos da avicultura. (COSTA, 2011). Essa atividade desenvolveu-se ao longo dos anos 1970 e 1980, apresentando índices de crescimento expressivos, mas aquém do que foi observado na produção de frangos. Essa diferença de ritmo deve-se tanto a questões técnicas, relacionadas principalmente ao tempo de engorda relativamente longo (resultando em custos mais elevados), quanto limitações culturais, já que a carne de peru ainda possui demanda concentrada em algumas épocas do ano.

Em 2000, foram abatidos 20,86 milhões de perus, com produção de 149,97 mil toneladas de carne. Em 2001 esse montante passou para 26,12 milhões de aves e 189 mil toneladas, o que colocava o Brasil como o 6º maior produtor e 3º maior exportador mundial. (UBA, 2002, p.37). Nos anos seguintes a produção brasileira cresceu significativamente, até atingir seu ápice em 2012, com 442,21 mil toneladas (ABPA, 2016, p.218). Naquele ano o país ocupou o posto de 3º maior produtor mundial e 2º maior exportador de carne de peru (170 mil toneladas). Posteriormente seguiram-se alguns momentos de recuo nessa atividade, que fizeram a produção cair para 326,63 mil toneladas em 2014 (ABPA, 2016, p.219).

Nesse período também variou bastante a participação catarinense na produção nacional de perus. Até os anos 1990, Santa Catarina era responsável pela quase totalidade dos animais abatidos no país. Em 2000, o estado era responsável por 75,07% da produção brasileira. Contudo, nos anos seguintes observaram-se quedas constantes na produção catarinense e aumentos vertiginosos em outros estados, a ponto de Santa Catarina responder por somente 19,95% dos animais abatidos em 2007. Depois disso a participação catarinense voltou a crescer, atingindo 24,75% em 2014 (ABPA, 2016, p.219). Naquele ano, Santa Catarina ocupava a 2ª colocação no ranking nacional, atrás do Paraná (29,31%). A produção catarinense concentra-se na região oeste do estado, mais especificamente nos municípios

próximos a Chapecó, onde localiza-se a única unidade de abate de perus com inspeção federal do estado.

A produção de patos e marrecos, por sua vez, é uma atividade tradicionalmente desenvolvida pelos imigrantes europeus e seus descendentes que se instalaram no Brasil, em especial os de origem alemã. Contudo, ao aumento da escala e a preponderância da finalidade comercial da atividade é mais recente, tendo se estruturado principalmente ao longo dos anos 1990 e 2000. Em 2001 foram abatidos 272 mil patos e marrecos, com produção de 653 toneladas de carne. Nos anos seguintes observou-se um salto na produção, atingindo-se 2,85 mil toneladas em 2004, sendo Santa Catarina responsável por 79% dos abates. (UBA, 2005, p.68).

Parte significativa da produção é consumida nas cidades de colonização europeia próximas às regiões produtoras de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2007, último ano que se tem informações de todos os estados produtores, foram abatidas 1,58 milhão de aves, com produção de 3,87 mil toneladas. Na ocasião, Santa Catarina era responsável por 83,11% dos abates. A produção comercial de patos e marrecos de Santa Catarina está concentrada nas mesorregiões Norte Catarinense e Vale do Itajaí, onde se localiza a maior agroindústria do país para abate dessas espécies.

Não obstante algumas mudanças recentes, grande parte do destaque da produção animal em Santa Catarina deve-se à participação da agricultura familiar nessas cadeias. Segundo o Censo Agropecuário 2006, dos 193.663 estabelecimentos agropecuários catarinenses, 87% eram de agricultores familiares, os quais detinham 44% da área, 82% do pessoal ocupado e 64% do VBP agropecuário do estado. Estudo realizado por França, Del Grossi e Marques (2009, p.85) evidenciou a importante participação da agricultura familiar nos principais produtos da agropecuária estadual: 64% do arroz, 73% do feijão, 93% da mandioca e 77% do milho em grão, 87% da produção de leite, 65% do rebanho bovino, 67% do rebanho suíno e 68% do plantel de aves.

Conforme Altafin (2009, p.1), a opção adotada no âmbito da Lei nº 11.326 (conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”) para delimitar o público a que a mesma se referia foi o uso “operacional” do conceito de agricultor familiar, essencialmente centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Como é de se esperar nesses casos, essa delimitação é suficientemente abrangente para incluir a diversidade de situações existentes no país, desde indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e arrendatários, até agricultores fortemente inseridos nos mercados.

Levando em consideração a importância da produção de carnes para a agropecuária catarinense, a participação expressiva de agricultores familiares em outras importantes cadeias produtivas e a relevância de Santa Catarina na produção nacional de perus, patos e marrecos,

decorre o principal questionamento que orienta este trabalho: qual é a participação da agricultura familiar na produção de perus, patos e marrecos em Santa Catarina?

O presente artigo faz parte de um estudo mais amplo desenvolvido pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri, que busca identificar a participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas de carnes de Santa Catarina.

2. Metodologia

Inicialmente listou-se todos os abates de perus, patos e marrecos realizados em estabelecimentos com inspeção sanitária no período de 2014 a 2017, utilizando-se as informações das Guias de Trânsito Animal (GTA) emitidas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, órgão responsável pelas ações de sanidade e vigilância animal e vegetal no estado. Por meio do *software* SAS (*Statistical Analysis Software*), identificou-se o total de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate para essas espécies, utilizando-se o número do CPF ou CNPJ registrado em cada GTA e não se contabilizando as repetições.

Após a identificação dos produtores, verificou quais se enquadravam na categoria “Agricultor Familiar”. Adotou-se de um conceito operacional, pressupondo-se que são agricultores familiares os indivíduos (e suas respectivas famílias) que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Primeiramente, obteve-se a relação das DAPs emitidas em Santa Catarina até dezembro de 2017¹, contendo informações que permitissem identificar se a declaração apresentava o status de “ativa”². Na sequência, novamente utilizando-se o *software* SAS, realizou-se o cruzamento das DAPs ativas com a relação de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate de perus, patos e marrecos, utilizando-se como parâmetro o número de CPF constante na DAP. No caso de dupla titularidade, o *software* analisou cada um dos CPFs constantes na DAP, visto que a GTA poderia ter sido emitida para qualquer um dos cônjuges, a depender de quem constasse como responsável pelos animais no cadastro da Cidasc.

Quanto à vigência, levou-se em consideração apenas se a DAP apresentava o status de “ativa” em qualquer período do ano em análise e não especificamente no momento da emissão da GTA. Por exemplo, se a DAP esteve ativa até o mês de julho e a GTA somente foi emitida em setembro do mesmo ano, considerou-se que essa operação foi realizada por agricultor familiar. Apesar da adoção de um conceito operacional (compreendendo como agricultores familiares os indivíduos detentores de DAP), entende-se que essa opção metodológica não afeta significativamente a interpretação dos resultados, já que, no curto

¹ Dados obtidos junto à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), órgão que substituiu o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário.

² DAP Ativa é aquela emitida e registrada na base de dados da Secretaria, sem erros ou vícios de emissão, que combina dois “status”: “Última Versão” e “Válida”.

prazo, são improváveis alterações tão significativas que inviabilizem o enquadramento do produtor nessa categoria.

Após a identificação dos detentores de DAP, procedeu-se a soma dos animais destinados ao abate a cada ano pelos mesmos, informação constante na GTA.

3. Resultados e discussão

O primeiro esforço consistiu em identificar o número de produtores que destinaram animais para abate em estabelecimentos com inspeção, cujo resultado é apresentado na tabela 1. Conforme demonstra a referida tabela, em 2014 havia 378 produtores comerciais de perus³, número que caiu nos anos seguintes até atingir 351 em 2017, variação de -7,14%.

No que diz respeito aos patos, o número de produtores comerciais passou de 52 em 2014, para 54 em 2017 (3,85%). É possível observar que, com exceção da alteração registrada entre 2014 e 2015, nos demais anos o número se manteve estável.

Já em relação aos marrecos, foram identificados 5 produtores em 2014 e 6 em 2017, variação de 20%. Contudo, como o número total de produtores é bastante reduzido, é difícil apontar de forma mais consistente alguma tendência.

Tabela 1 – Produtores que destinaram perus, patos e marrecos para abate, por categoria e total – Santa Catarina – 2014 a 2017.

| Espécie | Número de produtores | | | | | | | | | | | |
|-----------------|----------------------|---------|-------|---------|---------|-------|---------|---------|-------|---------|---------|-------|
| | 2014 | | | 2015 | | | 2016 | | | 2017 | | |
| | Com DAP | Sem DAP | Total | Com DAP | Sem DAP | Total | Com DAP | Sem DAP | Total | Com DAP | Sem DAP | Total |
| Perus | 307 | 71 | 378 | 289 | 70 | 359 | 271 | 83 | 354 | 263 | 88 | 351 |
| Patos | 25 | 27 | 52 | 29 | 25 | 54 | 35 | 19 | 54 | 38 | 16 | 54 |
| Marrecos | 2 | 3 | 5 | 4 | 2 | 6 | 3 | 4 | 7 | 3 | 3 | 6 |

Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

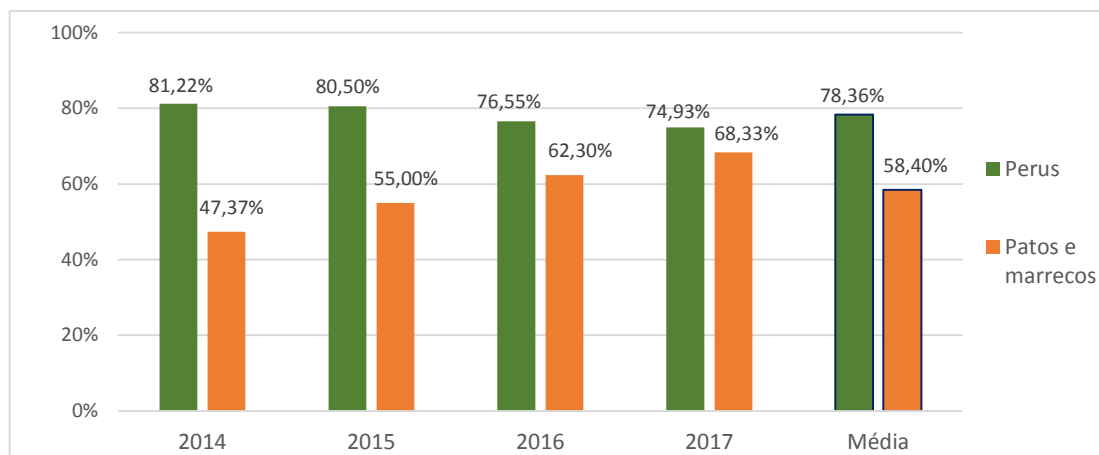
Ao analisar a participação de agricultores familiares dentre o total de produtores, percebe-se tendências distintas de acordo com a espécie. No caso dos produtores que destinaram perus para abate em 2014, 81,22% eram agricultores familiares detentores de DAP. Nos anos seguintes essa participação caiu constantemente, atingindo 74,93% em 2017. Ainda assim, a participação média nos quatro anos foi bastante expressiva: 78,36%.

Dentre os produtores de patos e marrecos⁴, por outro lado, observou-se o processo oposto. Em 2014, os agricultores familiares representavam 47,37% do total de avicultores, participação que passou para 68,35% em 2017. Na média dos quatro anos, os agricultores familiares representaram 58,40% dos produtores de patos e marrecos.

Figura 1 – Participação da agricultura familiar no total de produtores que destinaram perus, patos e marrecos para abate – Santa Catarina – 2014 a 2017.

³ No presente artigo parte-se do pressuposto de que os animais abatidos em estabelecimentos inspecionados (finalidade das GTAs aqui consideradas) são resultantes de operações comerciais.

⁴ Tendo em vista o pequeno contingente de produtores de marrecos, qualquer variação nesse número gera alterações significativas nos indicadores e dificulta uma interpretação mais precisa e confiável dos fenômenos em curso, razão pela qual optou-se por fazer a análise desses dados em conjunto com os produtores de patos.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Os comportamentos distintos na evolução do número de produtores de perus com e sem DAP pode ter várias razões. Além da concentração da produção, fenômeno observado na maioria das cadeias produtivas da agropecuária, outra explicação pode ser a validade das DAPs. Conforme detalhado na metodologia, considerou-se como agricultor familiar o produtor vinculado a uma DAP ativa no ano em que se emitiu a GTA com finalidade de abate. Atualmente a DAP possui vigência de dois anos. Caso ela expire e o agricultor não busque uma instituição credenciada para a emissão de novo documento, formalmente ele deixa de ser considerado agricultor familiar. Além disso, se durante a vigência o agricultor deixar de atender as condições para o enquadramento na categoria, pode ter a DAP cancelada.

Segundo análise preliminar, em 2016 observou-se queda significativa na quantidade de DAPs ativas em Santa Catarina, passando-se de mais de 200 mil em 2015 para cerca de 111 mil no final do ano seguinte. Esse fenômeno demanda estudos mais aprofundados, mas é provável que tenha afetado de alguma forma os enquadramentos dos produtores avaliados neste artigo.

Por outro lado, chama-se a atenção para o fato desse fenômeno aparentemente não ter afetado os produtores de patos e marrecos, já que nessas atividades a participação da agricultura familiar não só se manteve como registrou elevação.

Apesar das variações mencionadas anteriormente, a participação dos agricultores familiares dentre o total de produtores comerciais de perus, patos e marrecos foi bastante expressiva durante todo o período analisado. No caso dos perus, a média dos 4 anos está muito próxima da participação do segmento familiar na produção catarinense de frangos e suínos, que no mesmo período foi de 79,06% e 76,00%, respectivamente (GIEHL et al., 2018, p.782).

Para compreender a evolução dessas cadeias, é necessário analisar também a quantidade de animais abatidos anualmente. Conforme demonstra a tabela 2, diferentemente do número de produtores, o total de perus abatidos aumentou 17,85% entre 2014 e 2017, embora se registre uma oscilação negativa entre 2016 e 2017. Já a produção de patos, registrou variação

ainda mais significativa, crescendo 37,47% no período. O abate de marrecos, por sua vez, manteve-se relativamente estável, com crescimento de apenas 2,81%.

Tabela 2 – Perus, patos e marrecos destinados ao abate – Santa Catarina – 2014 a 2017.

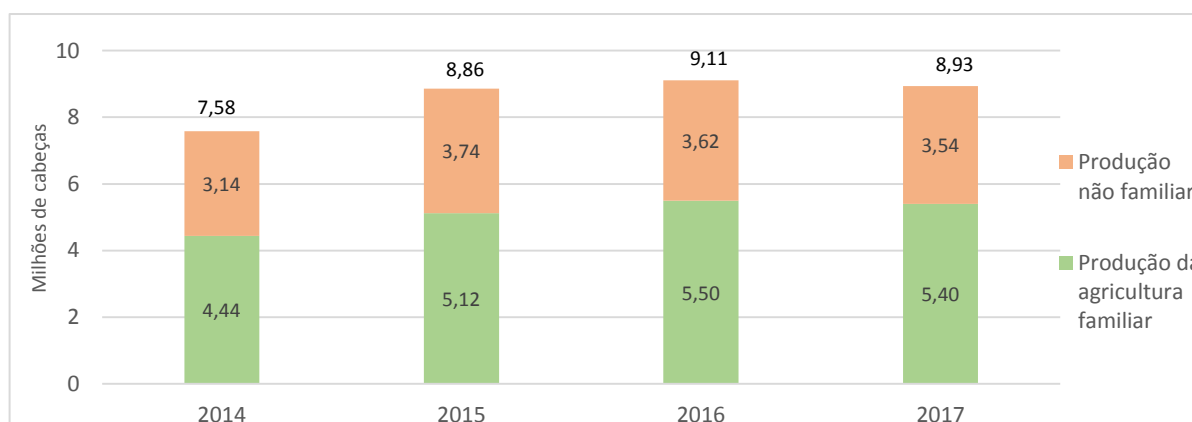
| Espécie | Número de animais abatidos | | | |
|-----------------|----------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Perus | 7.580.065 | 8.855.669 | 9.113.350 | 8.933.088 |
| Patos | 1.878.976 | 2.067.162 | 2.035.255 | 2.583.102 |
| Marrecos | 131.022 | 133.667 | 125.406 | 134.706 |

Fonte: Cidasc.

A redução no número de perus abatidos em 2017 pode estar relacionada à acentuação da crise enfrentada pelo setor de carnes, em decorrência do impacto da conjuntura econômica e política adversas sobre a demanda de carnes, especialmente as menos tradicionais. Um fator adicional para compreender esse resultado é a operação “Carne Fraca”, deflagrada pela Polícia Federal em março de 2017⁵. Por outro lado, observa-se que a produção de patos e marrecos aparentemente não foi afetada por essa crise, pois segue crescendo. A explicação pode estar no tamanho dessas cadeias e nas características do mercado, baseado na exportação, no consumo de regiões com maior renda per capita e nos hábitos culturais (contando-se inclusive com a realização de festas típicas em que é comum o consumo dessas aves, como a Fenarreco e a Oktoberfest, ambas na mesorregião do Vale do Itajaí). Contudo, não é o objetivo deste artigo debater as variações gerais sofridas por essas atividades, razão pela qual não nos aprofundaremos nesse assunto.

Além do número de produtores, o presente estudo buscou também identificar a participação da agricultura familiar na produção das espécies analisadas. De acordo com o cruzamento de dados, dos 7,58 milhões de perus abatidos em 2014, 4,44 milhões (58,61%) provinham de agricultores familiares detentores de DAP ativa naquele ano. Em 2017 os agricultores familiares foram responsáveis pela produção de 5,40 milhões de perus (60,40%).

Figura 2 – Quantidade de perus destinados ao abate, por perfil de produtor – Santa Catarina – 2014 a 2017.

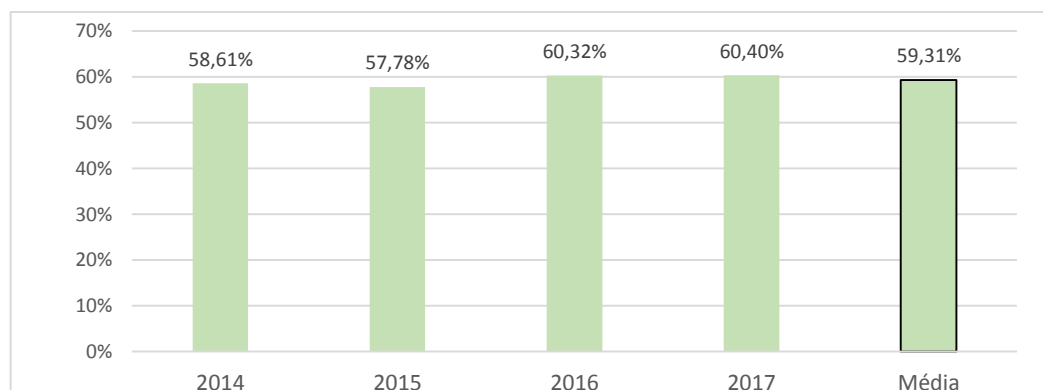


Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

⁵ Para maiores informações sobre a Operação Carne Fraca, consultar a edição especial do Boletim Agropecuário (EPAGRI/CEPA, 2017b).

A figura 3 apresenta a evolução dos percentuais de participação da agricultura familiar na produção catarinense de perus. O gráfico demonstra que, não obstante uma pequena queda em 2015, nos dois anos seguintes foram registrados aumentos na participação da agricultura familiar na produção, movimento contrário ao que se verificou no número de produtores. Se por um lado houve redução no número de produtores familiares, isso não se refletiu numa consequente redução na participação desse segmento sobre o total produzido. Esse cenário indica uma provável concentração na produção, mesmo dentre os agricultores familiares. Na média dos quatro anos, a agricultura familiar respondeu por 59,31% da produção estadual.

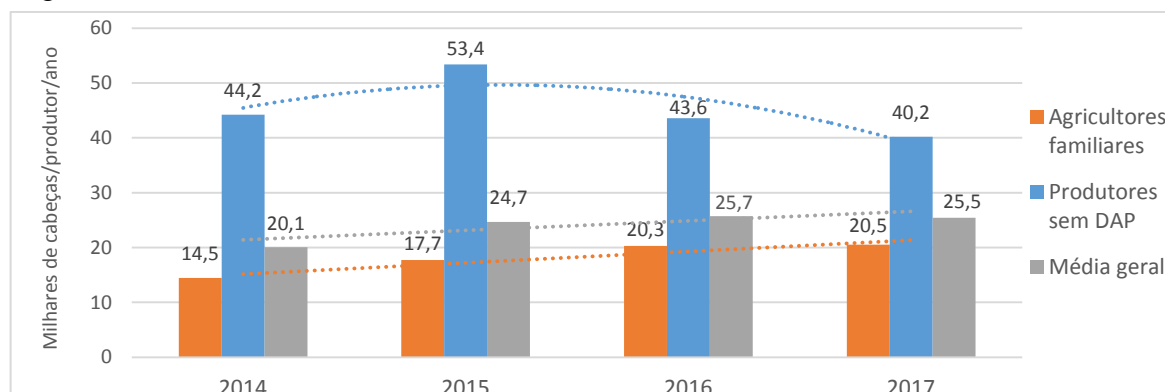
Figura 3 – Participação da agricultura familiar na produção catarinense de perus – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Em 2014, o número médio de perus destinados ao abate foi de 20,1 mil por produtor, sendo que a média dentre os agricultores familiares foi de 14,5 mil aves por ano, enquanto os produtores que não possuíam DAP produziram uma média de 44,2 mil perus. Em 2017, a média passou para 20,5 mil aves para os agricultores familiares e 40,2 mil para os produtores sem DAP, enquanto a média geral foi 25,5 mil. Como é possível perceber na figura 4, o número médio de animais produzidos pelos agricultores familiares cresceu em todo o período (41,77% entre 2014 e 2017), enquanto a média dos produtores sem DAP cresceu em 2015, mas caiu nos anos seguintes (-9,03% entre 2014 e 2017).

Figura 4 – Número médio de perus produzidos por avicultor por ano, de acordo com a categoria – Santa Catarina – 2014 a 2017.

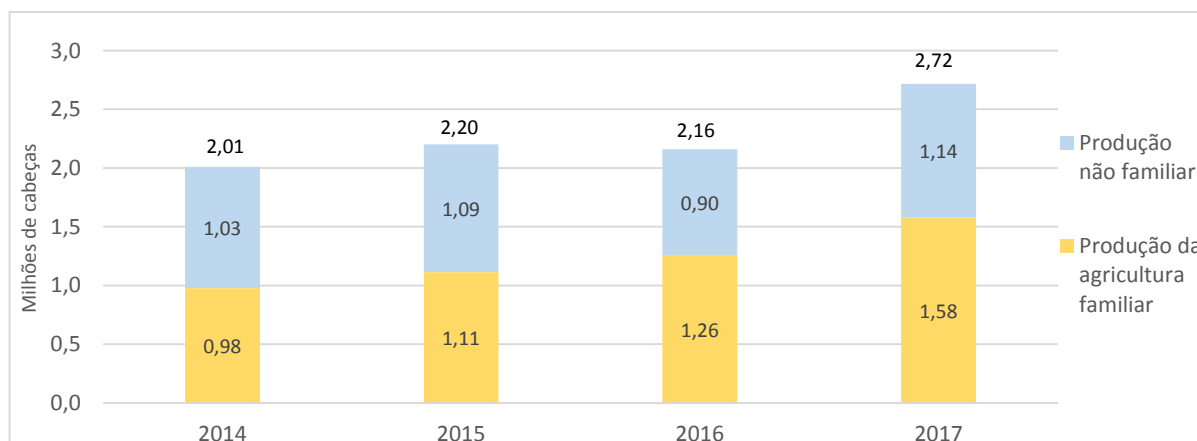


Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Sorj, Pompermayer e Coradini (2008, p.34) destacam que avicultura industrial é um setor altamente excludente por sua própria seletividade estratégica, elegendo um determinado grupo de produtores e impondo suas exigências tecnológicas. Embora os autores se referissem mais especificamente à produção de frangos, o mesmo raciocínio também se aplica às demais cadeias produtivas que têm por base o sistema de integração, em especial a produção de perus.

Em relação aos patos e marrecos, dos 2,01 milhões abatidos em 2014, menos da metade provinha de agricultores familiares com DAP (977 mil). Em 2017 esse número cresceu para 1,58 milhão, o que corresponde a 58,09% do total.

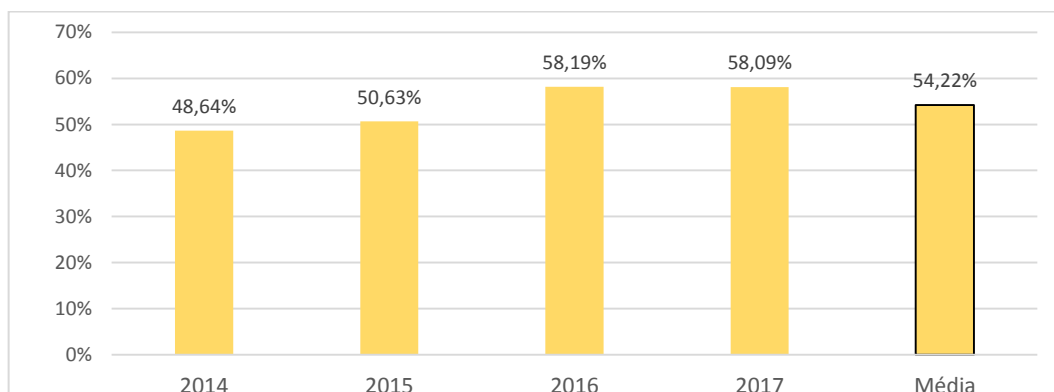
Figura 5 – Quantidade de patos e marrecos destinados ao abate, por perfil de produtor – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Como é possível perceber nas figuras 5 e 6, a participação da agricultura familiar na produção catarinense de patos e marrecos aumentou em todo o período, tanto em termos absolutos quanto relativos. A participação média nos quatro anos foi de 54,22%.

Figura 6 – Participação da agricultura familiar na produção catarinense de patos e marrecos – 2014 a 2017.

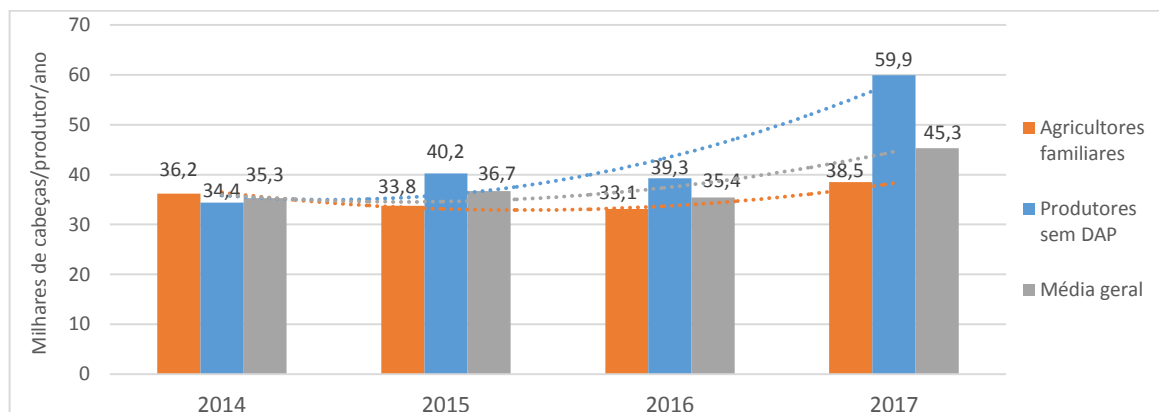


Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Em 2014 cada avicultor produziu em média 35,3 mil patos ou marrecos por ano. O que chama a atenção é que nesse ano a média dos agricultores familiares foi maior do que nos produtores que não se enquadravam nessa categoria: 36,2 mil e 34,4 mil, respectivamente. Contudo, nos anos seguintes essa situação mudou: em 2017 a média anual dos produtores sem

DAP foi de 59,9 mil aves (+74,19% em relação a 2014), enquanto os agricultores familiares tiveram média de 38,5 mil aves (+6,36%) e a média geral foi de 45,3 mil (+28,45%).

Figura 7 – Número médio de patos e marrecos produzidos por avicultor por ano, de acordo com a categoria – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

4. Considerações finais

A excelência e a relevância atingidas pelo setor de produção de carnes em Santa Catarina frequentemente são associadas ao processo de ocupação do território catarinense, à estrutura fundiária e ao papel da agricultura familiar na produção animal. Contudo, na maioria dos casos as avaliações são parciais ou não há dados para aferir a efetiva participação desse segmento nas cadeias produtivas. Também há análises que apontam a concentração da produção animal catarinense, com exclusão dos produtores de menor porte, por vezes carente de confirmação.

No período analisado registrou-se redução no número de produtores de perus (-7,14%), o que condiz com o que foi observado em outras importantes cadeias produtivas de carnes, como é o caso dos frangos e suínos (GIEHL et al., 2018). Tal situação é decorrente tanto da crescente tecnificação da atividade e aumento de escalas, quanto da crise enfrentada pelo setor nos últimos anos, fruto do aumento nos custos de produção e da redução na demanda de carnes.

Por outro lado, a produção de patos e marrecos registrou aumento no número de produtores: 3,85% e 20%, respectivamente. Não é o objetivo deste artigo explicar esse comportamento do setor, mas é possível atribuir tal dinâmica às características inerentes a essas atividades, como o peso das exportações na demanda total, a regionalização do consumo e o tamanho relativamente reduzido dessas cadeias.

Quando se analisa a participação de agricultores familiares com DAP dentre o total de produtores, verifica-se que esse índice é elevado em todos os anos analisados, com média de 78,36% para perus e 58,40% para patos e marrecos. A queda na participação da agricultura familiar na produção de perus pode ser atribuída à redução no número total de DAPs válidas em Santa Catarina em 2016 e 2017, conforme mencionado anteriormente. Contudo, essa

hipótese precisa ser analisada de forma mais detalhada para que possa ser ratificada ou refutada.

Ao analisar a participação da agricultura familiar no total de animais produzidos, também se obtém números bastante expressivos. Na média dos quatro anos, a agricultura familiar respondeu por mais da metade da produção: 59,31% dos perus e 54,22% dos patos e marrecos. Nos dois casos a participação da agricultura familiar aumentou durante o período considerado.

Outro fenômeno que tem sido observado é o aumento no número médio de animais produzidos anualmente por cada produtor. A exceção são os produtores de perus sem DAP, cujo número médio de animais destinados ao abate caiu 9,03% entre 2014 e 2017. Com o passar dos anos, as empresas integradoras foram ampliando suas exigências para a inclusão ou manutenção de agricultores em seu quadro de integrados, as quais passam tanto pela adoção de novas tecnologias, quanto pelas escalas mínimas de produção. Embora a participação da agricultura familiar na produção total tenha aumentado, aumentou também a escala de produção em quase todos os segmentos, inclusive dentre os agricultores familiares. Ou seja, está havendo uma concentração nessas cadeias, inclusive dentre os agricultores familiares.

Há que se ressaltar que a utilização de um conceito operacional de agricultor familiar, se por um lado facilita a delimitação desse público, por outro implica em recortes que por vezes são difíceis de observar no cotidiano. A eventual adoção de acepções mais amplas da categoria social “agricultor familiar” provavelmente acarretaria em resultados ainda mais significativos. Além disso, os números analisados neste artigo referem-se somente a animais abatidos em estabelecimentos inspecionados. A inclusão da produção para autoconsumo e outras formas de comercialização também resultaria em participação mais expressiva da agricultura familiar.

Por fim, é possível afirmar que os resultados apresentados no presente artigo comprovam a importância da agricultura familiar na produção de perus, patos e marrecos, três importantes cadeias produtivas da agropecuária catarinense.

5. Bibliografia citada

ABPA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. **Relatório anual 2015**. São Paulo: ABPA, 2016. 245 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/relatorios-anuais>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2009.

BAVARESCO, P.R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005. 219 p.

COSTA, S. (org.) **A saga da avicultura brasileira: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango**. Rio de Janeiro: Insight; São Paulo: UBABEF, 2011. 120p.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017**. V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017a. 200 p.

- _____. **Boletim Agropecuário**. Edição especial “Operação Carne Fraca” – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017b. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul.2018.
- FRANÇA, C.G.; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.
- GIEHL, A.L.; GUGEL, J.T.; MONDARDO, M. Participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas de carnes em Santa Catarina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 12., 2018, Lages. **Anais...** . Lages: Apec, 2018. p. 782 - 797. Disponível em: <<http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- MAPA. **Valor Bruto da Produção – VBP**. Janeiro/2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.
- TALAMINI, D.D.J.; KINPARA, D.I. Os Complexos Agroindustriais da Carne e o Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina. **Revista de Política Agrícola**. Ano 3, n. 2 – Abr./Mai./Jun., 1994.
- SORJ, B.; POMPERMAYER, M.J.; CORADINI, O.L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 102 p.
- UBA - UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA. **Relatório anual 2001**. São Paulo: UBA, 2002. 50 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- _____. **Relatório anual 2004/2005**. São Paulo: UBA, 2005. 86 p. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.